



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - NTI/SR/PF/AP

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 24981603/2022-NTI/SR/PF/AP

Processo nº 08361.001001/2023-89

1. **DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a prestação de serviços de cabeamento estruturado para as redes de TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação, devendo atender a Delegacia de Polícia Federal em Oiapoque/AP e a Ponte Binacional em Oiapoque/AP, com fornecimento de materiais nas condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2. A contratação é composta por 01 (um) item de serviço devidamente nominado e identificado. Entretanto, para fins de classificação, será considerado o menor preço global por grupo, conforme será descrito detalhadamente no item 4 do presente Termo de Referência (Da Forma de Prestação dos Serviços).

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL
01	Serviços de cabeamento estruturado para as redes de TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação	13692	Serviço	01	45.091,13

2. **JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A necessidade da contratação leva em consideração que a infraestrutura de rede lógica da Delegacia da Polícia Federal em Oiapoque está em condições inadequadas, com instalações precárias e sem sofrer investimentos há muitos anos, restando materiais deteriorados pelo tempo, com especificações técnicas e estado de conservação abaixo do que é tecnicamente recomendado pelas normas vigentes de cabeamento estruturado.

2.2. Há de se enfatizar que o cabeamento original da Delegacia da Polícia Federal em Oiapoque possui mais de 10 (dez) anos e, ao longo deste período, ocorreu aumento significativo no número de usuários da rede e de equipamentos instalados superando em muito as expectativas. Além disso, o leiaute de muitas salas também foi alterado, provocando rearranjos paliativos na estrutura de cabeamento. Aliado a essas situações, a tecnologia avançou bastante, apontando novas soluções e necessidades.

2.3. É necessário salientar também que a rede lógica cabeada atual está no padrão CAT5e, sendo necessária de substituição pelo padrão mais moderno: CAT6, o que irá trazer velocidade de transmissão mais rápida, menor latência, maior imunidade a interferências e maior vida útil.

2.4. Com a necessidade de realizar a implantação do novo padrão de telefonia VoIP, adquirido recentemente na Polícia Federal, é de grande importância que o padrão de cabeamento esteja compatível com a tecnologia requerida.

2.5. Importante enfatizar que, durante os últimos anos, as “ações emergenciais” feitas sob supervisão do NTI (Núcleo de Tecnologia da Informação) significaram, em muitas das vezes, apenas soluções paliativas e “temporárias” nos diversos setores onde se fizeram necessárias. A técnica muitas vezes se fez superada pela praticidade. Tal situação indesejável também corrobora com a necessidade da intervenção que se deseja contratar e com a necessidade de ampliação de pontos das redes de voz e dados.

2.6. Diante de todo o exposto, conclui-se que o quadro atual, portanto, é preocupante, visto que o cabeamento de dados da Delegacia da Polícia Federal em Oiapoque está defasado, danificado, alterado e não atende as boas práticas e normas técnicas. As medidas antes tomadas de forma paliativa e emergenciais tornaram-se “definitivas”, havendo a necessidade urgente de serem reestruturadas sob pena de causarem no ambiente de TI da Polícia Federal falhas de segurança de consequências imprevisíveis, afetando a confidencialidade, disponibilidade, integridade, confiabilidade dos serviços de TIC para os ambientes envolvidos.

3. **DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

3.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

3.3. O presente documento foi elaborado em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e com os princípios contidos nos instrumentos legais vigentes referentes às contratações no âmbito da Administração Pública Federal, notadamente, a Instrução Normativa nº 04, de 11 de setembro de 2014, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

4. **FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

4.1. O modelo de execução é por prestação de serviço com o fornecimento de material.

4.2. Os serviços descritos neste Termo de Referência caracterizam-se pela aplicação de mão-de-obra especializada, com técnicos e profissionais formados, treinados e capacitados para a perfeita execução das tarefas demandadas.

4.3. É obrigação da empresa CONTRATADA a execução de todos os serviços descritos e mencionados nas especificações, bem como o fornecimento de todo o material, mão-de-obra, equipamentos, ferramentas, EPI, EPC, andaimes, *container*, guinchos e o que mais for necessário para plena execução das atividades inerentes aos serviços.

4.4. A quantidade de serviços e materiais descritos neste termo de referência foram definidos por estimativas, com base no que se considera a real necessidade da contratante.

4.5. Todos os serviços, com ou sem fornecimento de materiais, são sob demanda, podendo o executado ser em quantidade inferior ao estimado.

4.6. O valor a ser pago à CONTRATADA será sempre sobre o serviço EFETIVAMENTE PRESTADO;

4.7. Todo e qualquer manual, informativo técnico, *hardware*, *software* dos equipamentos e materiais instalados deverá ser entregue no Núcleo de Tecnologia da Informação da Polícia Federal, responsável pela fiscalização da execução do objeto deste Termo de Referência;

4.8. A execução dos serviços, sempre que possível, deverá ser acompanhada por um representante da contratante, considerando as peculiaridades nos locais onde serão executados os trabalhos.

4.9. Os serviços deverão ser executados atendendo aos seguintes itens:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL
-------	------	-------------------------	------------	-------------------	----------------	------------------------

01	01	Serviço de fornecimento cabos UTP CAT. 6	03	caixa	1.521,57	4.564,73
	02	Serviço de fornecimento de Patch panel de 48 portas CAT. 6	01	unidade	2.702,03	2.702,03
	03	Serviço de fornecimento de Cabos de rede Path Cord UTP CAT. 6 de 1,5m	25	unidade	97,44	2.436,06
	04	Serviço de fornecimento de Cabos de rede Path Cord UTP CAT. 6 de 3m	25	unidade	123,89	3.097,43
	05	Serviço de fornecimento de conectores RJ45 CAT. 6 fêmea	12	unidade	54,00	648,00
	06	Serviço de fornecimento de canaletas sistema X com fita adesiva 10X10 de 3m.	08	unidade	64,95	519,60
	07	Serviço de fornecimento, instalação e/ou troca de espelhos de módulos de rede 4X4	20	unidade	57,00	1.140,00
	08	Serviço de fornecimento, instalação e/ou troca de caixas de sobrepor com conectores RJ45 CAT. 6.	08	unidade	69,29	554,38
	09	Serviço de fornecimento e instalação de módulos com conector RJ45 CAT. 6	20	unidade	86,44	1.728,90
	10	Serviço de retirada de cabos UTP CAT. 5 e instalação e adequação dos demais materiais descritos acima	-	serviço	-	27.700,00

4.10. DESCRIÇÃO E DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

- 4.10.1. Serviço de Identificação dos pontos conforme categoria e padrão;
- 4.10.2. Serviço de Substituição, Instalação, montagem e comissionamento com o fornecimento de *patch panel*;
- 4.10.3. Serviço implantação de Infraestrutura com o fornecimento de materiais para ponto de rede lógica.

4.11. LOCALIDADE E HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES:

LOCALIDADE		
EDIFÍCIO/UNIDADE	ENDEREÇO	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO
Delegacia de Polícia Federal em Oiapoque/AP	Av. Barão do Rio Branco, 500 - Oiapoque, AP, 68980-000	Segunda a sexta-feira Das 08:00 às 18:00
Posto da PF na Ponte Binacional em Oiapoque/AP	Ramal da Ponte Binacional, S/N, Complexo Aduaneiro da Ponte Binacional, Oiapoque, AP, 68980-000	Segunda a sexta-feira Das 08:00 às 18:00

5. DA QUALIFICAÇÃO

- 5.1. Deverá ser informado, fabricante e modelo dos itens ofertados para comprovação das características técnicas.
- 5.2. Quanto aos requisitos de sustentabilidade ambiental a CONTRATADA deverá comprovar que os componentes do cabeamento estruturado tais como o cabo UTP, conectores RJ-45, patch panels, patch cords adendem aos seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:
- 5.2.1. Segurança e compatibilidade eletromagnética.
- 5.2.2. Os materiais não devem conter substâncias nocivas, como: mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs), em concentração acima da recomendada pela diretiva da Comunidade Econômica Europeia Restriction of Certain Hazardous Substances – RoHS, conforme Anexo I à Resolução 103/2012 do CSJT.
- 5.2.3. Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

6. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O presente termo visa a contratação de empresa especializada na instalação, montagem, adequação e modernização do cabeamento estruturado para as redes de voz e dados de equipamentos de TIC, devendo atender a Delegacia de Polícia Federal em Oiapoque/AP e o Posto da PF na Ponte Binacional em Oiapoque/AP, com fornecimento de materiais, nas condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no item 4.9;
- 6.2. Os serviços serão prestados no município de Oiapoque, no Estado do Amapá, conforme os endereços e horários descritos no item 4.11;
- 6.3. Todos os materiais fornecidos pela Contratada, que serão empregados nos serviços, deverão possuir garantia pelo prazo estabelecido pelo fabricante;
- 6.4. A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços executados que apresentarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução; com garantia mínima de 12 (doze) meses, contados do recebimento dos serviços, conforme artigo 69 da Lei nº 8.666/93;
- 6.5. Os serviços deverão ser executados conforme cronograma previamente aprovado, conforme item 11 do presente Termo de Referência;

7. DA VISTORIA

- 7.1. Devido à natureza do serviço, onde o licitante deverá ter noção de distâncias entre pontos, verificação de obstáculos a serem superados, ter conhecimento das instalações elétricas existentes, bem como das instalações lógicas, a vistoria é requisito obrigatório para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta.
- 7.2. A vistoria será acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 09 horas às 16 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (96) 3213-7500 ou pelo e-mail nti.srap@pf.gov.br, com antecedência mínima de uma semana.
- 7.3. Ao final da vistoria, o licitante receberá a DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA (ANEXO I), onde constará a identificação do licitante e de seu representante, a identificação do técnico designado para acompanhar a vistoria, a data da vistoria, o local onde foi realizada a vistoria e o que foi vistoriado.
- 7.4. A DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA será assinada pelo representante da licitante, devidamente identificado, e pelo técnico designado a acompanhar a vistoria.
- 7.5. O representante da empresa será identificado com cópia de documento de identidade e documento de seu encaminhamento em papel timbrado da empresa, com assinatura do responsável pela mesma, bem como do contrato social em que conste a identificação do representante legal e cópia da identidade. Caso a vistoria seja realizada pelo próprio representante legal que figura no contrato social, o mesmo deverá apresentar apenas cópia da identidade e do contrato social.
- 7.6. Os licitantes apresentarão a DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA junto com sua proposta.
- 7.7. Será de responsabilidade da CONTRATADA a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação das instalações, com vistas a proteger o interesse da Administração na fase de execução do contrato.
- 7.8. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.9. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

8. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. O tipo de execução mais adequado para este serviço é a EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, uma vez que se trata de serviço de adequação e modernização (Retrofit), que tem características de imprevisibilidades maiores em termos de levantamentos de quantitativos e serviços. Assim, a forma mais eficiente e justa de pagamento é a empreitada por preço unitário onde se paga pelo que se executa efetivamente.

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. A contratada se compromete a executar os serviços conforme as especificações definidas no presente Termo de Referência, bem como os requisitos legais estabelecidos em CONTRATO.
- 9.2. Será responsabilidade da contratada alocar todos os recursos humanos necessários ao cumprimento perfeito das cláusulas contratuais, além de fornecer materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios na qualidade e quantidade necessárias, especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 9.3. Deverão ser reparados ou corrigidos, removidos ou substituídos, às expensas da contratada, no total ou em parte, no prazo determinado no contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.4. Todos os profissionais utilizados deverão estar habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 9.5. Os funcionários da contratada deverão se apresentar devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de providos com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 9.6. A relação nominal, com nome completo, filiação, RG e CPF, dos funcionários que prestarão os serviços deverá ser apresentada à contratante, antes da efetiva execução do serviço;
- 9.7. A contratada se responsabilizará por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à contratante;
- 9.8. A contratada deverá atender às solicitações da contratante quanto à substituição dos funcionários alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 9.9. A contratada deverá instruir seus funcionários quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.10. A contratada deverá instruir seus funcionários a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a contratada relatar à contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.11. A contratada deverá relatar à contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 9.12. A contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.13. Devido à natureza do local a ser executado o serviço objeto do presente termo, os funcionários deverão ser orientados a guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.14. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1.º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 9.15. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório;
- 9.16. A CONTRATADA deverá comprometer-se, por si e por seus funcionários, a aceitar e aplicar rigorosamente todas as normas e procedimentos de segurança definidos na Política de Segurança da Informação do CONTRATANTE – inclusive com a assinatura de termo de responsabilidade e manutenção de sigilo;
- 9.17. Os colaboradores da CONTRATADA deverão se submeter a investigação social e de vida pregressa, a ser conduzida pela Polícia Federal, com o propósito de evitar a incorporação de pessoas com características e/ou antecedentes que possam comprometer a segurança das informações ou a credibilidade do CONTRATANTE;
- 9.18. Todas as informações as quais a CONTRATADA tiver acesso em função da execução dos serviços deverão ser tratadas como confidenciais, sendo vedada sua reprodução, utilização ou divulgação a terceiros;
- 9.19. Todas as informações, imagens e documentos a serem manuseados e utilizados são de propriedade do CONTRATANTE e não poderão ser repassados, copiados, alterados ou absorvidos pela CONTRATADA sem expressa autorização do CONTRATANTE, de acordo com os termos constantes em Termo de Sigilo a ser firmado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA;
- 9.20. Cada profissional a serviço da CONTRATADA deverá estar ciente de que a estrutura computacional do órgão não poderá ser utilizada para fins particulares, sendo que quaisquer ações realizadas em sua rede poderão ser auditadas;
- 9.21. O serviço prestado pela CONTRATADA deverá ser pautado sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pelo CONTRATANTE;
- 9.22. A CONTRATADA deverá assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações sociais previstas na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que seus profissionais e prepostos não manterão qualquer vínculo empregatício com o CONTRATANTE;
- 9.23. A CONTRATADA deverá cumprir os prazos previstos, inclusive os descritos neste Termo de Referência, respeitando os prazos máximos estabelecidos;
- 9.24. A CONTRATADA deverá prover garantia aos serviços prestados;
- 9.25. A CONTRATADA deverá cumprir os requisitos legais estabelecidos em CONTRATO, bem como os requisitos técnicos descritos neste Termo de Referência;
- 9.26. Durante a vigência contratual, a CONTRATADA deverá manter as condições e os critérios técnicos de habilitação, conforme disposição legal.

10. INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 10.1. Após a assinatura do contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias, a CONTRATANTE solicitará o comparecimento do representante da CONTRATADA no Núcleo de Tecnologia da Informação da Polícia Federal para traçar a estratégia de execução dos serviços, dentro do prazo determinado no item 11 deste Termo de Referência. Neste momento, será assinada a DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO (Anexo II);
- 10.2. A Contratada tem o prazo máximo de 3 (três) dias úteis para atender a solicitação de comparecimento;
- 10.3. Se necessário, outras reuniões poderão ocorrer para o planejamento do serviço;
- 10.4. Traçada a estratégia, serão emitidas as ORDENS DE SERVIÇOS (Anexo IV) em quantidade necessária para a execução do serviço dentro do prazo determinado. As Ordens de Serviços serão confeccionadas em até 7 (sete) dias úteis após a assinatura da DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO;
- 10.5. Confeccionadas as Ordens de Serviços, a CONTRATADA será chamada para receber as mesmas, momento em que assinará o TERMO DE RECEBIMENTO DE ORDENS DE SERVIÇOS (ANEXO III), que conterá os números das Ordens de Serviços e um resumo de cada serviço a ser executado;
- 10.6. A execução dos serviços será iniciada no dia útil seguinte ao da assinatura do termo de recebimento das Ordens de Serviços pela CONTRATADA;

11. DA MEDIÇÃO

- 11.1. A execução do serviço será iniciada mediante emissão de Ordem de Serviço (OS);
- 11.2. A Ordem de Serviço será emitida considerando as características do SERVIÇO, o tamanho do SETOR ou DELEGACIA.
- 11.3. A Ordem de serviço deverá conter:
 - 11.3.1. NÚMERO DA OS;
 - 11.3.2. IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO;
 - 11.3.3. IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA;
 - 11.3.4. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E MATERIAL;
 - 11.3.5. ESTIMATIVA DA QUANTIDADE DEMANDADA;
 - 11.3.6. VALOR DA OS;
 - 11.3.7. DEMAIS DETALHAMENTOS (se for o caso);
 - 11.3.8. LOCAL DE REALIZAÇÃO DO SERVIÇO;
 - 11.3.9. IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS;
 - 11.3.10. DATA DE INÍCIO DO SERVIÇO;
 - 11.3.11. PREVISÃO PARA REALIZAÇÃO DO SERVIÇO; e
 - 11.3.12. DATA DO TÉRMINO DO SERVIÇO.
- 11.4. O Modelo de Ordem de Serviço segue no ANEXO IV deste Termo de Referência;
- 11.5. O somatório dos valores de todas as ORDENS DE SERVIÇOS não ultrapassará o valor total do CONTRATO;
- 11.6. A aferição dos serviços executados ocorrerá mediante entrega de RELATÓRIOS DE SERVIÇOS EXECUTADOS (ANEXO V) de cada ORDEM DE SERVIÇO;
- 11.7. No relatório, emitido pela CONTRATADA, deverá constar os serviços executados, a descrição dos materiais utilizados e as respectivas quantidades;
- 11.8. Após análise da OS e do RELATÓRIO DE SERVIÇO EXECUTADO (RSE), caso seja constatada a realização do serviço, de acordo com este Termo de Referência, a CONTRATANTE encerrará a OS, a qual estará anexado o respectivo RSE;
- 11.9. Os serviços serão executados em até 15 dias.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 12.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 12.3. Notificar a contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 12.4. Pagar à contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 12.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n.º 5/2017;
- 12.6. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 12.7. Encaminhar formalmente a demanda, por meio de Ordem de Serviço, de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência;
- 12.8. Receber o objeto fornecido pela contratada, que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme as inspeções realizadas;
- 12.9. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, previstas neste Termo de Referência e no Edital.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 13.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 13.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 13.3. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;
- 13.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 13.5. Utilizar funcionários habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 13.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 13.7. Apresentar os funcionários devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 13.8. Apresentar à contratante a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
- 13.9. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à contratante;
- 13.10. Atender as solicitações da contratante quanto à substituição dos funcionários alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 13.11. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 13.12. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a contratada relatar à contratante toda e qualquer ocorrência nesse sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 13.13. Relatar à contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 13.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz, para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

- 13.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 13.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 13.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1.º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 13.18. Não subcontratar o objeto licitatório;
- 13.19. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 13.20. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do fiscal do contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 13.21. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou prestadores de serviço, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- 13.22. Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização da solução de Tecnologia da Informação pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
- 13.23. Manter seus funcionários devidamente identificados por meio de crachá;
- 13.24. Apresentar à contratante a relação nominal do corpo técnico que será disponibilizado para a execução do serviço, identificados com a correspondente cópia do documento de identidade que contenha foto, número e CPF. Sempre que ocorrer qualquer modificação na relação nominal, a contratada deverá apresentar uma nova relação atualizada, de forma a atender as normas de segurança interna da SR/PF/AP e de suas unidades descentralizadas;
- 13.25. A CONTRATADA deverá cumprir os requisitos legais estabelecidos em CONTRATO, bem como os requisitos técnicos descritos no Termo de Referência e seus respectivos anexos;
- 13.26. A CONTRATADA deverá cumprir os prazos previstos neste Termo de Referência, respeitando os prazos máximos estabelecidos.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados os seguintes requisitos:
- 14.1.1. Preservar todos os itens exigidos na licitação original;
- 14.1.2. Manter as demais cláusulas e condições do contrato;
- 14.1.3. Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado; e
- 14.1.4. Anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do artigo 6.º do Decreto nº 2.271, de 1997;
- 15.2. O representante da contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;
- 15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;
- 15.4. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por meio das ORDENS DE SERVIÇOS (OS) e dos RELATÓRIOS DE SERVIÇOS EXECUTADOS (RSE) entregues;
- 15.5. Cada OS terá seu RSE, que seguirá o modelo do ANEXO V, onde constará o número da OS correspondente, a data da entrega da OS, se há RELATÓRIO DE NÃO-CONFORMIDADE (RNC), a descrição e quantidade do material utilizado e a data da entrega definitiva da OS, após a correção da desconformidades, se for o caso;
- 15.6. Quando a OS for concluída, caberá à CONTRATADA comunicar à fiscalização da CONTRATANTE, a qual competirá, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a verificação dos serviços executados, para fins de recebimento provisório;
- 15.7. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pela obra, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários;
- 15.8. Após análise da OS e do respectivo RELATÓRIO DE SERVIÇO EXECUTADO (RSE), caso seja constatada a realização do serviço, em conformidade este Termo de Referência, a CONTRATANTE encerrará a OS, a qual estarão anexados os respectivos RELATÓRIO DE SERVIÇO EXECUTADO, RELATÓRIO DE NÃO-CONFORMIDADE e, se for o caso, outros documentos que julgar pertinentes;
- 15.9. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser corrigidos, ou refeitos, ou substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades. Sendo rejeitado o serviço executado, a OS não será encerrada;
- 15.10. Sendo rejeitado o serviço, o fiscal do contrato elaborará o RELATÓRIO DE NÃO-CONFORMIDADE (RNC), conforme o ANEXO VI, onde constará a OS rejeitada, a lista de itens em não-conformidade, as providências que serão adotadas para correção e o prazo para nova inspeção. Este relatório será assinado pelo fiscal do contrato e pelo representante da CONTRATADA;
- 15.11. Cada OS terá quantos RNC forem necessários para a conclusão do serviço, observado o item 15.20, não podendo existir mais de uma RNC para a mesma não-conformidade;
- 15.12. Corrigidas as não-conformidades, a OS será novamente inspecionada conforme os itens 15.7 e 15.8;
- 15.13. Somente após o atesto da fiscalização, encerrando a OS, a contratada poderá emitir Nota Fiscal, com o valor correspondente da ordem, e deverá ser acompanhada da OS e do relatório de serviços executados;
- 15.14. A fiscalização técnica dos contratos avaliará, constantemente, a execução do objeto e utilizará a OS, conforme modelo previsto, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
- 15.14.1. Não produzir os resultados conforme especificados, deixar de executar ou não executar, com a qualidade mínima exigida, as atividades contratadas; ou
- 15.14.2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 15.15. A utilização da OS não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços;
- 15.16. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;
- 15.17. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados;

- 15.18. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados;
- 15.19. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador dos serviços;
- 15.20. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta não alcançar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório;
- 15.21. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços;
- 15.22. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso. Esta relação será anexada ao RELATÓRIO DE SERVIÇO EXECUTADO, que será entregue junto com a respectiva OS;
- 15.23. O representante da contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1.º e 2.º do artigo 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 15.24. O descumprimento, total ou parcial, das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.25. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da contratante ou de seus agentes e prepostos, conforme o artigo 70 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 15.26. Dar-se-á como concluído o serviço em sua totalidade, conforme estabelecido no contrato, quando todas as OS's forem concluídas, conforme o item 15.8;
- 15.27. Após o encerramento da última OS pendente, a CONTRATADA comunicará ao fiscal da CONTRATANTE para que seja realizada fiscalização definitiva do serviço.

16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 16.1. O serviço estipulado em contrato será concluído quando todas as ORDENS DE SERVIÇOS, estipuladas no item 10.4, estiverem encerradas;
- 16.2. Após o encerramento da última OS pendente, será realizada a fiscalização final do serviço como um todo;
- 16.3. Os serviços serão recebidos, provisoriamente, no prazo final estabelecido na Ordem de Serviço, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta. Nessa ocasião, será elaborado relatório circunstanciado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo;
- 16.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos manuais de instruções exigíveis;
- 16.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser corrigidos, refeitos, substituídos, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades;
- 16.6. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado;
- 16.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;
- 16.8. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo gestor do contrato;
- 16.9. O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 16.10. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA, para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base nas ORDENS DE SERVIÇOS;
- 16.11. O recebimento, provisório ou definitivo, do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 17.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- 17.1.1. Inexecutar, total ou parcialmente, qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 17.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 17.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 17.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; e
- 17.1.5. Cometer fraude fiscal.
- 17.2. Pela inexecução, total ou parcial, do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 17.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 17.2.2. **Multa de:**
- 17.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento), por dia, sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 17.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento), sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 17.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento), sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 17.2.2.4. 0,2% a 3,2%, por dia, sobre o valor do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2** abaixo; e

17.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento), do valor do contrato, por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

17.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

17.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

17.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

17.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a contratante pelos prejuízos causados.

17.3. As sanções previstas nos subitens 17.2.3, 17.2.4 e 17.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados;

17.4. Para efeito de aplicação de multas, pela não observância às regras deste TR, são atribuídas às infrações cometidas graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
01	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
02	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
03	Servir-se de funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
04	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
05	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
06	Deixar de substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
07	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
08	Deixar de indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
09	Deixar de providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

17.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

17.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

17.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

17.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo, que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993 e, subsidiariamente, a Lei nº 9.784, de 1999;

17.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à contratante, observado o princípio da proporcionalidade;

17.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE VISTA TÉCNICA DA LICITANTE

1 – IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE:

EMPRESA:

CNPJ: _____

RESPONSÁVEL: _____;

CPF: _____

2 – IDENTIFICAÇÃO DO TÉCNICO DA CONTRATANTE:

NOME: _____

MATRÍCULA: _____

LOTAÇÃO: _____

3 – LOCAL E DATA DA VISTORIA:

LOCAL: _____

DATA: ____/____/____

4 – ITENS VISTORIADOS:

5 – DECLARAÇÃO:

Declaro que foi realizada a vistoria, conforme item 7 do TERMO DE REFERÊNCIA nº ____, do processo nº _____.

Macapá/AP, ____/____/____.

Representante da Empresa	Técnico da Contratante

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO DA CONTRATADA

Nesta data, a empresa _____, CNPJ _____, representada pelo Sr. _____, CPF _____, vencedora do Pregão nº _____, Contrato nº _____, compareceu a este Núcleo de Tecnologia da Informação, conforme o ITEM 10.1, da TR nº _____, para traçar estratégia, definindo e descrevendo as ORDENS DE SERVIÇOS necessárias para a execução do serviço.

Macapá/AP, ____/____/____

Chefe do STI	
Fiscal do Contrato	
Representante da Empresa	

ANEXO III

TERMO DE RECEBIMENTO DAS ORDENS DE SERVIÇOS

Nesta data, foram entregues à empresa _____, CNPJ _____, representada por _____, CPF _____, as ORDENS DE SERVIÇOS abaixo relacionadas, referentes aos serviços a serem executados do GRUPO 1, do ITEM ____, do TR nº ____, conforme o ITEM 10.5 do mesmo Termo.

OS (Nº)	DESCRIÇÃO

Macapá/AP, ____/____/____

Representante da Empresa	
Fiscal do Contrato	

ANEXO IV
ORDEM DE SERVIÇO

PREGÃO nº: _____ CONTRATO nº: _____
CONTRATADA: _____ CNPJ: _____

OS nº		LOCAL DO SERVIÇO		DATA DE EMISSÃO	
DATA DE INÍCIO			PREVISÃO PARA EXECUÇÃO (DIAS)		

SERVIÇO						
GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UNIDADE	RS/UNI	VALOR (R\$)
					TOTAL	

CONCLUSÃO E ENTREGA DO SERVIÇO			
DATA DE CONCLUSÃO	____/____/____	DATA DE ENTREGA	____/____/____
REPRESENTANTE DA CONTRATADA			
FISCAL DO CONTRATO			

ANEXO V
RELATÓRIO DE SERVIÇO EXECUTADO DA OS

OS nº		LOCAL DO SERVIÇO	
DATA DE INÍCIO		DATA DE ENTREGA	

LISTA DE MATERIAL EMPREGADO:

GEROU ALGUM RNC? () SIM () NÃO

SE SIM, QUAIS?

TODAS AS DESCONFORMIDADES FORAM SANADAS?

OBSERVAÇÕES:

DATA DE ENTREGA DEFINITIVA DA OS: ____/____/____

CONTRATADA

ANEXO VI
RELATÓRIO DE NÃO-CONFORMIDADE DA OS

OS nº		LOCAL DO SERVIÇO	
DATA DE INÍCIO		DATA DE ENTREGA	

DESCRIÇÃO DAS NÃO-CONFORMIDADES ENCONTRADAS DESCRITAS POR ITENS:

- 1 –
- 2 –
- 3 –

OBSERVAÇÕES:

PREVISÃO DE NOVA ENTREGA: _____ dias

CONTRATANTE: _____

CIENTE DA CONTRATADA: _____



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO HENRIQUE RIBEIRO NETO, Chefe de Núcleo**, em 09/03/2023, às 15:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO DE SOUZA LIMA, Chefe de Núcleo - Substituto(a)**, em 09/03/2023, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **27685191** e o código CRC **2C3A5A02**.